



Jornalismo e Sociedade no Brasil (1964-2012): das memórias à história em construção¹

Alice Mitika Koshiyama²
Universidade de São Paulo (ECA-USP)

RESUMO

Este estudo contribui para a avaliação da história recente do Brasil a partir dos princípios da história como disciplina científica e dos estudos de jornalismo como forma de conhecimento para a formação do estado democrático de direito. À luz dos estudos históricos, a ditadura no Brasil marca a supressão do estado democrático de direito no plano histórico, político, jurídico e social. Essa noção da ditadura como um conceito excludente da cidadania deve estar presente na formação de todos os brasileiros, para que o passado possa ser avaliado enquanto etapa que deve ser lembrada para poder ser ultrapassada. Nesse processo de construção das memórias e elaboração da história atuam jornalistas e historiadores,

PALAVRAS-CHAVE

Historia e comunicação; historia do tempo presente; história do jornalismo; jornalistas e ditadura; Brasil 1964-2012.

TEXTO

1. Imprensa e sociedade

Partimos do princípio de que são as contingências históricas que possibilitam aos jornalistas de um periódico elaborar e executar sua política de comunicação. Ao mesmo tempo, reconhecemos no jornalismo uma variável interveniente no processo histórico em uma sociedade, que o coloca em situação de aceitação, oposição ou apoio a um regime político.

Afirma Jean Lacouture no seu texto em que aborda a história imediata (in.: LE GOFF, pp. 216-240), há mútuas intervenções que provocam alterações nos dois pólos da relação imprensa e sociedade.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012

² Docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) – Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e a Construção da Cidadania (certificado pelo CNPq) - alicemit@usp.br



Mas é Nelson Werneck Sodré, na introdu o ao livro *A História da Imprensa no Brasil* (pp. 1-8) quem destaca as rela es dial ticas entre imprensa e sociedade, ou seja, são rela es interdependentes de duas variáveis intervenientes com mútuas influências e que resultam em novas realidades.

O que nos permite pensar na prática do jornalismo como decorrente de uma percep o dos jornalistas sobre seu campo de atividade em um determinado momento da vida de um país. E uma vez modificadas as condi es históricas, os periódicos ou simplesmente desaparecem e ou se modificam para interagir com o novo momento da sociedade.

Cabe lembrar que vemos o procedimento dos jornalistas nos seus trabalhos, como agentes políticos e cidadãos, e nessas condi es são pessoas que tem a prerrogativa de avaliar os riscos e as vantagens do que fazem para seus interesses e suas crenças  ticas e políticas.

2. Fatos e interpreta es

O desenvolvimento da imprensa no Brasil   um processo relacionado ao desenvolvimento do capitalismo no país, tal como define Nelson Werneck Sodré no prefácio de seu estudo (1966, 1-8), no qual lemos a cita o de um texto sobre economia política cujo autor, Karl Marx,   omitido.  nio Silveira, dono da editora Civiliza o Brasileira, que publicou a maior parte das obras de Sodré, estava sendo implacavelmente perseguido pela ditadura de 1964, mas não recuou...

Passados 45 anos da publica o de Sodré (1966), a cita o do texto de Marx sobre a venalidade de todos os atos e valores da vida humana, no capitalismo hoje,   uma evidência que se materializa na vida quotidiana e na m dia e no jornalismo.

Um outro autor, também crítico do sistema capitalista, Leôncio Basbaum, percebeu o significado do governo instalado em 1964 no Brasil. Ele acompanhava a vida política e dizia-se desiludido com as decisões da esquerda brasileira, da qual era parte na condi o de militante histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro). A leitura de Basbaum sobre o processo histórico que culminou com a derrubada do governo constitucional do presidente da República João Goulart, apontava a forte organiza o contra os interesses dos trabalhadores pela classe dominante formada pelas burguesias nacional e estrangeira (BASBAUM, v. 4). Ao contrário da posi o de Sodré que apostava no desenvolvimento da na o com o suporte de uma burguesia nacional que deveria enfrentar os grupos capitalistas internacionais (1966, 1-8). No entanto, o



autor em diversas passagens de sua história da imprensa destaca o domínio dos interesses capitalistas identificados como anti-nacionalistas, no jornalismo e na publicidade, como as ocorrências dos anos 50 no governo de Getúlio Vargas.

Os dois autores defendiam suas teses a partir de suas interpretações sobre o sistema capitalista e suas experiências e observações pessoais. Faltavam a eles uma pesquisa histórica em documentos mais completos e detalhados dos atos daqueles que construíram o golpe de estado de 1964, e também distanciamento temporal sobre os fatos que comentavam. A esta tarefa se dedicaram vários brasilianistas, estrangeiros que pesquisaram o Brasil do tempo presente, durante a ditadura militar.

O falecido professor Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa, de quem fomos aluna na FFLCH-USP, em 1969, e nos apresentou aos textos de Basbaum da *História Sincera da República* (1960-1967). [Ed. Fulgor, s/d., V. 4], reconhecia as dificuldades dos pesquisadores nativos brasileiros para o acesso aos documentos primários e aos personagens da história que estava acontecendo. Mas ele destacava a força interpretativa da história de Basbaum que não era um acadêmico. E hoje, verificamos que Basbaum avaliou corretamente os interesses e motivações da classe dominante em 1964, conforme demonstrariam as pesquisas de dois brasilianistas: René Armand Dreifuss -- *1964: a Conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe. (1981)* e Alfred Stepan -- *Os Militares na Política (1975)*, o primeiro deles uruguaio e o segundo norte-americano.

3. Ditadura: conceito da história

Jânio de Freitas, jornalista que viveu os anos sessenta como redator do jornal Correio da Manhã, lembrou dos fatos que deslustraram nossa história e que justamente caracterizam o início da ditadura no Brasil:

Os militares derrubam um governo constitucional, prendem aos milhares pelo país afora, cassam mandatos parlamentares legítimos nas três instâncias legislativas; impõem ao Congresso subjugado a escolha entre três ou quatro generais, para figurar como presidente; governam por ato institucional e decreto-lei; extinguem os partidos; excluem do serviço público, das autarquias e estatais os opositores reais ou supostos, e, para não ir mais longe, instituem a espionagem no país todo. E, fato muito esquecido hoje em dia, iniciam a tortura nos quartéis e os assassinatos. Início bem comprovado, por exemplo, pela foto de Gregório Bezerra puxado por corda no pescoço em Recife. Ou pela celebridade de pessoas como o capitão Zamith, acusado da morte por tortura de um estudante de medicina na Vila Militar do Rio (tema da edição mais importante, até hoje, de "Veja"), e do sargento Raimundo,



torturado no Exército e jogado no rio em Porto Alegre, morto ou para morrer.
(FREITAS, 2009)

Jânio de Freitas foi uma voz lúcida na troca de mensagens acaloradas entre os partidários da idéia de que o Brasil teve uma “ditabranda” em relação a outros países do Cone Sul, como Argentina e Chile, “ditaduras” [porque teriam tido mais mortos, feridos e desaparecidos] e os que viam ditaduras sem atenuantes.

Foi um editorial da *Folha de S. Paulo*, em 17 de fevereiro de 2009, que pôs em circulação a idéia da “ditabranda”. Houve veementes protestos de leitores qualificados como Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Benevides, e o jornal foi deselegante na resposta aos dois professores, até então seus colaboradores em vários momentos importantes da história recente.

Marco Antonio Villa, historiador e colaborador de *Folha de S. Paulo*, escreveu um texto em 5 de março, publicado na *Folha de S. Paulo*, em que defende a idéia de que tivemos uma “ditabranda”.(VILLA, 2009).

O jornalista Jânio de Freitas esclareceu aos partidários da idéia da “ditabranda”, demonstrando que a essência da ditadura é o que ela propõe para todo um povo, é a degradação dos direitos humanos, civis, políticos, sociais e econômicos. Ou nas suas palavras precisas: “Os historiadores à brasileira não sabem que as ditaduras vão até onde lhes é vitalmente necessário, e enquanto podem fazê-lo. A diferença entre elas não é a sua essência, nem a sua prática: é a medida do necessário.”(FREITAS, 2009)

E para não deixar dúvidas, Freitas observou:

Mas "não é possível chamar de ditadura" ao domínio do país por tal regime. Então só pode ser "a democracia" dos historiadores à brasileira. Até por ter "movimentação político-cultural", permitida entre 64-68 quando não incomodava o regime, servindo mesmo como válvula de escape, e reprimida com vigor quando incomodava. (FREITAS, 2009).

Entendemos que o jornalista destaca a ditadura como uma mudança estrutural no estado, com o fim de todas as prerrogativas constitucionais que assegurava aos brasileiros direitos civis, políticos e sociais, de um estado democrático de direito. E como ditadura, agentes da lei assumiam a função de arbitrar sobre os atos individuais e coletivos, desconsiderando as regras constitucionais do estado democrático de direito, tendo um poder sobre os que consideram suspeitos de alguma possível transgressão a nova ordem legal.

Jânio de Freitas, membro do Conselho Editorial do jornal *Folha de S. Paulo*. usou seu conhecimento e sua experiência da história brasileira para esclarecer a questão teórica: o que é uma ditadura? E a questão histórica: o que é a ditadura brasileira implantada em 1964?



Para os que buscam informações de acurada pesquisa histórica sobre a montagem e a execução do golpe de 64, resta recomendar a minuciosa leitura do Dreifuss (1981).

4. Dreifuss: o historiador da ditadura

O trabalho de Dreifuss demonstra como o processo que resultou no golpe de 1964 no Brasil é fruto de um projeto político e de sua aplicação durante a conjuntura de 1961 a 1964. Como pesquisador, Dreifuss, uruguaio, formado em história em Israel e com doutorado na Escócia escrito em inglês, sobre o tema de 1964 reuniu uma documentação primária que precisava ser interpretada com método e crítica. Ele articulou mediações construídas a partir da leitura de obras de Antonio Gramsci como a noção de formação do bloco histórico, conquista da hegemonia, ação dos intelectuais orgânicos e organização de grupos de interesse de classe. (DREIFUSS, 1981, 21-124). E desvendou, com farta documentação, a ação da elite orgânica da classe dominante na derrubada do governo de João Goulart.

Como o poder do capitalismo internacional se materializou na ação dos integrantes de suas empresas que souberam se organizar para formar um movimento político que obteve o apoio dos diferentes setores da sociedade? Agiram agrupados em uma organização que se apresentava como órgão de debate sobre a conjuntura nacional, denominada de IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). O IPES tinha uma organização em células e sua cúpula atuava com objetivos políticos, doutrinários e partidários, mas o acesso a algumas informações era restrito e confidencial a poucos membros da direção. Integravam a instituição personagens influentes das chamadas elites orgânicas, do poder militar e civil. Havia na direção do IPES representantes dos grandes meios de comunicação de massas. A organização do IPES conseguiu cooptar simpatizantes que não tinham os compromissos dos diretores da organização e até inocentes colaboradores que eram bem pagos para dar conferências ou fazer depoimentos sobre trabalhos acadêmicos, que garantia ao IPES aparência de um instituto de estudos. A camuflagem era tão perfeita porque poucos aliados conheciam as reais finalidades da organização. A frente da mobilização ostensiva contra o Governo Goulart e aliados estava o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que fazia a propaganda ideológica nos meios de comunicação de massas, em programas de rádio e televisão, textos para revistas e jornais, panfletos, filmes.



Vários políticos alinhados com as posições políticas do IPES/IBAD, como o então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que adotou posições públicas visivelmente anti-governo João Goulart e que pregou a sua derrubada, desconheciam os objetivos da cúpula do IPES em relação aos militares assumirem o poder executivo. Lacerda não costumava guardar segredos, e naquele momento era um adepto do poder civil e de eleições, sendo também um dos potenciais candidatos à presidência da República.

5. O tema da complacência

Para tomar e manter o poder político, o regime militar contou com a complacência de parte da imprensa que adotou como procedimento padrão a autocensura, conforme constaram pesquisadores sobre jornalismo no período Bernardo Kucinski (2003) e Maurício Maia de Souza (1999).

Maia verificou que alguns editores tomavam posições mais restritivas do que os censores do Governo militar e cita trabalhos de Henfil recusados para publicação no Jornal do Brasil sob a alegação de serem censuráveis, e vê-los posteriormente publicados em O Pasquim sem nenhum obstáculo posto pela censura oficial do regime (SOUZA, 1999, v. 1). O evento pode servir também para uma constatação de como a autocensura pode ser danosa para o exercício do jornalismo. É possível também refletir sobre o efeito de um texto sobre seus leitores, a relação dele com a conjuntura histórica a qual se refere, o momento da circulação e da atualidade do trabalho.

A autocensura como estratégia política imposta aos jornalistas de uma publicação tinha diferentes formas de recepção e uso. O jornalista Cláudio Abramo, viveu essa condição na Folha de S. Paulo, cuja empresa decidiu acatar as ordens do governo militar. Ele afirma em entrevista ao pesquisador Paolo Marconi (1980) a sua frustração com aquele momento. E aos hábitos construídos naquele período Abramo atribui deformações adquiridas pelos profissionais, como o receio de afirmar verdades evidentes se não houver uma fonte para assumir a paternidade da informação.

Com a autocensura o jornalismo abdicava do seu poder de decidir sobre o que e como publicar e obedecia às diretivas do regime militar sobre o que podia ou não ser objeto de publicação. Dessa forma, não se noticiavam atos arbitrários do regime militar, omitindo-os sob a alegação do medo de represálias.

6. Apoiadores da ditadura



Alguns jornalistas concordavam com as propostas e as ações do regime militar, tinham afinidades ideológicas com a imposição da censura política e eram os que faziam uma imprensa a favor da repressão militar. Eles integravam o grupo da elite civil que sustentou a repressão armada..

A pesquisadora Beatriz Kushnir tem o cuidado de esclarecer que fala de pessoas específicas integrantes da categoria jornalistas, e desvenda, em sua tese de doutorado, a ação da Folha da Tarde, veículo do grupo empresa Folha da Manhã, que também publicava a Folha de S. Paulo. O jornal Folha da Tarde entre 1969 e 1980, foi porta-voz da repressão política (cf.: KUSHNIR, B., 2004)

Pessoalmente, pudemos ler, na época da morte de V. Herzog, na Folha da Tarde, textos que comprovavam a total convivência do órgão com a polícia política. Fichas policiais dos detidos no DOI-CODI -- com fotos, nomes, codinomes e atividades vinculadas com organizações políticas clandestinas -- apareceram publicadas como textos informativos. Tratava-se de uma estratégia de legitimação jornalística a atos de repressão do regime militar que havia prendido e torturado pessoas mencionadas nas páginas deste jornal. Comprova-se a sua colaboração com a polícia política, neste e em outros momentos da luta política nos anos setenta.

A empresa Folha da Manhã, proprietária do órgão, até hoje não assume publicamente a participação dela nesse projeto. Kushnir relata os seus esforços – nunca atendidos -- para entrevistar Octávio Frias de Oliveira, que juntamente com Carlos Caldeira tinha a propriedade do veículo no período.

Ao relatar o caso, a pesquisadora frisa, em vários momentos, que os jornalistas que ostensivamente tinham afinidades com a censura e a polícia política eram minoria, embora fossem muito atuantes como no caso Folha da Tarde.

7. A democracia em minoria

As pesquisas sobre imprensa alternativa no Brasil registram reações pontuais, algumas brilhantes e contundentes no jornalismo, às arbitrariedades do regime militar. Mas esses atos não significavam necessariamente uma política e estratégia de comunicação de defesa da democracia como um valor universal. Conforme lembra Bernardo Kucinski, os revolucionários não buscavam democracia, mas revolução socialista (KUCINSKI, 2003). E Carlos Nelson Coutinho (1992) confirma não ter sido a democracia um projeto político dos partidos da esquerda radical na oposição ao regime militar.



Por outro lado, entre os liberais que criticavam a imposição da censura política, a democracia era desejável como bem absoluto apenas para uso próprio. É o caso da família Mesquita, participante da conspiração que resultou no Golpe de 64 (DREIFUSS, 1981) um movimento cujo primeiro ato foi cassar direitos políticos das mais eminentes figuras do regime político anterior. A imprensa de propaganda política por eles praticada no processo que resultou no golpe de 1964 é uma evidência de que tinham a democracia como valor relativo.

Quando o grupo Estado se opôs às interferências do poder militar no trabalho dos seus jornais, agiam como integrantes do sistema implantado em 1964 no campo específico do jornalismo. Os jornais da família Mesquita tornam-se veículos confiáveis para o presidente Geisel implementar o projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, e em janeiro de 1975 deixam de ter censura prévia. Esta continuava existindo para a revista VEJA e para jornais como Tribuna da Imprensa, Movimento, O São Paulo -- jornal da Arquidiocese de São Paulo.

Jornalistas profissionais que atuavam nos jornais da família Mesquita mostravam-se cautelosos no trabalho, pois a repressão militar continuava e permanecia a vigência do Ato Institucional no. 5. As mobilizações sociais estavam em curso, mas a repressão política continuava em ação. Nas universidades movimentos de estudantes buscavam retornar à participação na política, mas o ensino sofria as conseqüências da censura, inclusive no de jornalismo. Jornais-laboratório inexistiam ou eram precariamente editados, conforme denunciavam universitários da USP, na reunião da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), em agosto de 1975.

A repressão do governo militar continua feroz, de tal forma que em outubro de 1975, morre torturado no DOI-CODI, Vladimir Herzog, então diretor de telejornalismo da TV Cultura, que lecionava Telejornalismo na ECA-USP e estava em fase de contratação para ser professor. O acontecimento estimula uma conjuntura de protesto, mobilização política nacional contra a ditadura e reorganização política dos estudantes da USP, que formam o DCE Alexandre Vannuchi Leme, em memória do aluno de Geologia da USP, também morto sob tortura. As coberturas dos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde sobre o caso Herzog foram as mais detalhadas e exatas do ponto de vista do jornalismo (PEROSA, 2001). E deram um apoio ostensivo à posição Presidente Ernesto Geisel e ao seu projeto de distensão política, identificando os atos do DOI-CODI de São Paulo com o grupo do Ministro do Exército, Sylvio Frota.

Três meses depois, o repórter Ricardo Kotscho investigou a morte sob tortura do



operário Manoel Fiel Filho, ofereceu os dados da matéria para colegas de outras redações que não a acharam publicável. O jornal *O Estado de S. Paulo* a divulgou, mas exigiu a assinatura do jornalista no texto que assim ficou marcado pela repressão (KOTSCHO, 2006). Sua reportagem divulgou mais um ato de violência da repressão política que simbolizava também um ostensivo desafio á orientação política do presidente da República. No dia seguinte, o general Geisel demitiu o então comandante do II Exército pela ocorrência. Cumpriu o que prometera, quando disse ao governador Paulo Egídio Martins e os jornais da família Mesquita relataram, que não admitiria um segundo caso semelhante ao que resultou na morte do jornalista Herzog no DOI-CODI.

A complacência de parte dos brasileiros com atos de violência, explica a dificuldade para implementar um processo de construção e defesa dos direitos da cidadania no período pós-abertura com o final dos atos institucionais. E o conhecimento que hoje temos do passado recente não se mostra suficiente para que todos defendam o papel do jornalismo para construção de um estado democrático pleno. Este projeto político exige o pré-requisito de que a população seja bem informada de seus direitos, sendo o direito à informação o primeiro deles. Victor Gentili, leitor de Salvatore Vecca, defende a construção de uma democracia de massas, e neste projeto de sociedade ao jornalismo compete informar a todos os cidadãos sobre os seus direitos civis, políticos e sociais e acompanhar o cumprimento dessas prerrogativas (GENTILLI, 2005). Observamos que na sociedade de classes brasileira, cidadania e democracia são valores abstratos, difíceis de serem praticados quando contrariam interesses específicos de pessoas ou grupos da sociedade. Por isso a relação jornalismo-cidadania-democracia ainda significa uma tensão permanente, em cada momento da história concreta.

8. Memórias para construir a história

Muitos brasileiros ainda hoje afirmam que o autoritarismo nos anos da ditadura significava apenas enfrentar o poder dos militares. Na verdade o que foi mesmo a ditadura no terreno da divulgação de informações? Quem controlava as informações primárias na ditadura? Onde estavam os autoritários de plantão da sociedade civil? Como foram afetados os sistemas de informações que norteavam nossas vidas?

Retomando as observações de Jânio de Freitas a respeito da relação repressão-resistência às arbitrariedades verificamos que muitos dos que foram profundamente afetados pela ditadura não falaram sobre o que acontecia com eles. A ditadura trouxe medo que resultava em diversos comportamentos danosos a formação das pessoas para



viver em liberdade: havia os que concordavam com as arbitrariedades, outros fingiam concordar e se omitiam, existiam discordantes que não ousavam manifestar suas idéias recalçadas como sentimentos de revolta ou de impotência, havia os que buscavam reduzir os prejuízos eventuais para suas atividades profissionais negociando com os agentes do regime (censores, policiais, agentes e autoridades que vestiam a camisa dos vigilantes do regime militar).

E alguns aceitaram o discurso de que o regime militar brigava com minorias que haviam pegado em armas e decidiram que suas vidas transcorreriam em um mundo distante desse embate. Armando Nogueira, jornalista da TV Globo e diretor de primeiro telejornal em rede nacional, o Jornal Nacional, lembrou emocionado que em 1969 o programa foi inaugurado já com a presença da censura sobre as pautas jornalísticas. Paolo Marconi registra uma fala do presidente general Médici, citando os telejornais brasileiros, de que o Brasil era um lugar tranquilo se comparado com outros agitados centros mundiais nos Estados Unidos e países da Europa (MARCONI, 1980).

Com a extinção do AI-5 (1979), predominou o discurso dos danos da ditadura. Houve indenizações aos que entraram na justiça para marcar suas condições de vítimas dos atos dos agentes da ditadura. A cobertura da imprensa personalizava as vítimas da ditadura, individualizando-as, e dificultou a percepção do significado do que foi a ditadura enquanto um sistema de poder e não se elaborou a idéia do quanto ela trouxe prejuízos para a vida de todos os que nela viveram. Houve prejuízos nas relações profissionais, na expressão de nossas idéias, na limitação de laços de amizade e solidariedade, nas impossibilidades de viver e constituir organizações políticas, partidárias e religiosas e culturais.

A vida cotidiana dos brasileiros, a partir do golpe de 1964 podia sempre virar um caso de polícia com atos de denúncias, de censuras e perseguições montadas pelos adeptos da nova ordem política. Houve inúmeros atos de vingança e de mesquinhas praticados nesse processo, que o humorista e crítico da sociedade Sérgio Porto, de pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, registrava no jornal Última Hora, textos logo reunidos em livros publicados com o título de FEBEAPÁ (Festival de Besteiras que Assola o País), que teve os números 1, 2 e 3..

Conforme notamos, jornalistas estiveram em todas as categorias de brasileiros, desde os apoiadores ativos do regime militar até os que foram implacavelmente reprimidos por ele, passando pelos complacentes e pelos que se opunham aos atos do regime mas dialogavam para tentar reduzir prejuízos profissionais e políticos.



E constatamos que não bastava o destemor para trabalhar bem. Era necessário ter competência para ser um jornalista na ditadura: ter uma série de habilidades técnicas, princípios éticos e capacidade para analisar a conjuntura histórica para saber o que fazer. Ao ler as histórias das experiências de jornalistas como José Hamilton Ribeiro, Ricardo Kotscho, Luís Cláudio Cunha, Raimundo Rodrigues Pereira, Aloísio Biondi, Antonio Callado, percebemos que vários atos profissionais deles não puderam ser planejados e escolhidos. Porém, percebemos nesses profissionais o cuidado de se afastarem daquilo que não cabia em suas opções profissionais, éticas e políticas.

9. Jornalismo e registro de memórias

Acreditamos que Luís Cláudio Cunha, ao receber seu título de doutor honoris causa pela UNB -- Universidade de Brasília, lembrou alguns pontos essenciais do que é fazer jornalismo.

O jornalismo é a atividade humana que depende essencialmente da pergunta, não da resposta. O bom jornalismo se faz e se constrói com boas perguntas. O jornalismo de excelência se faz com excelentes perguntas.

A pergunta desafia, provoca, instiga, ilumina a inteligência, alimenta o pensamento. Ao longo de milênios, o homem evoluiu seguindo a linha tortuosa de suas dúvidas, das perguntas que produziam respostas, das respostas insatisfatórias que geravam novas questões, que provocavam mais incertezas, mais perguntas.

Perguntando, o homem saiu da caverna, cresceu, evoluiu e se definiu como ser pensante. O homem se agrupou em tribos, criou hábitos, estabeleceu regras de convívio, preservou a espécie, expandiu habilidades, depurou a fala, criou a escrita, disseminou experiências, inventou ferramentas, desenvolveu recursos, ganhou qualidade de vida, garantiu o alimento para o corpo e para o espírito. Um processo civilizatório irrefreável sempre escoltado por perguntas, outras perguntas, mais perguntas. (CUNHA, 2011, p. 1)

E definiu uma pauta para que o Brasil possa ser um estado democrático de direito, em que se respeitem os direitos de cidadania, a começar pelos direitos humanos. E sobre a nossa história recente, ele, Luís Cláudio Cunha, corrobora Jânio de Freitas, ao descrever o passado recente em uma síntese estatística:

O Brasil da ditadura era um país assustado, acuado, abafado, apequenado.

A prepotência não permitia perguntas para números sem resposta: 500 mil cidadãos investigados pelos órgãos de segurança; 200 mil detidos por suspeita de subversão; 50 mil presos só entre março e agosto de 1964; 11 mil acusados nos inquéritos das Auditorias Militares, 5 mil deles condenados, 1.792 dos quais por 'crimes políticos' catalogados na Lei de Segurança Nacional; 10 mil torturados apenas na sede paulista do DOI-CODI; 6 mil apelações ao Superior Tribunal Militar (STM), que teve as condenações em 2 mil casos; 10



mil brasileiros exilados ; 4.862 mandatos cassados, com suspensão dos direitos políticos, de presidentes a governadores, de senadores a deputados federais estaduais, de prefeitos a vereadores; 1.148 funcionários públicos aposentados ou demitidos; 1.312 militares reformados; 1.202 sindicatos sob intervenção; 245 estudantes expulsos das universidades pelo Decreto 477 que proíbe associação e manifestação; 128 brasileiros e 2 estrangeiros banidos; 4 condenados à morte (sentenças depois comutadas para prisão perpétua); 707 processos políticos instaurados na Justiça Militar; 49 juízes expurgados; 3 ministros do Supremo afastados, o Congresso Nacional fechado por três vezes; 7 Assembléias estaduais postas em recesso; censura prévia à imprensa e às artes; 400 mortos pela repressão; 144 deles desaparecidos até hoje.

Conto e lembro porque isso precisa sempre ser recontado e lembrado, para que ninguém duvide que a ditadura não foi branda, nem breve. Todos e cada um desta longa contabilidade de violência encerravam um universo de dor, de que amesquinha um país e um povo. (CUNHA, 2011, 6).

L. C. Cunha sinaliza a importância do jornalismo registrar memórias do passado, explicitando as diferenças de registros entre os sobreviventes de um mesmo período. Os jornalistas, ao executar a escuta de vozes polifônicas, mostram que as possibilidades de posições unânimes são impossíveis. E que, necessariamente há atores do passado que reescrevem suas performances em todo ou em parte conforme a conjuntura histórica se altera. Por isso, ações como a proposta da constituição de uma Comissão da Verdade, para uma apuração do que aconteceu na repressão política no período da ditadura são importantes. Ao jornalismo cabe a tarefa de fazer os registros das ações governamentais e das memórias dos diferentes setores da sociedade no esforço de lembrar e esquecer, em uma comprovação de que as tensões serão permanentes para a construção da história a partir das memórias.

E se os repressores da ditadura torturaram, mataram e desapareceram com s pessoas, na expectativa de que seus crimes não fossem comprovados e que com um pacto político como o da anistia haveria o esquecimento, desprezaram a sede de justiça que move os cidadãos na busca de um estado de direito. Nessas condições, lembrar o passado para preencher lacunas das memórias é um procedimento que atualiza a visão do que aconteceu e coloca perguntas as narrativas não completadas ainda. Citamos dois “trabalhos emblemáticos: o documentário sobre o seqüestro e desaparecimento do ex-deputado Rubem Paiva -- feito por Miriam Leitão e equipe³ e o romance *K* escrito por Bernardo Kucinski⁴.

³ Miriam Leitão e a equipe de jornalistas da Globo News mostram em uma reportagem com familiares, amigos e contemporâneos do ex-deputado, o acontecimento que não terminou porque há uma negação oficial do fato acontecido – prisão e seqüestro e morte da vítima. A permanência das memórias das



REFERÊNCIAS

livros:

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República (1960-1967)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, volumes 4.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?**; trad. Lúcia Alverga, rev. técnica de M. Y. Linhares, 3ª. ed. (1982), 7ª. reimpressão, Rio, Paz e Terra, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª. Ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

COSTELLA, Antonio Fernando. **O controle da informação no Brasil**, Rio, Petrópolis: Vozes, 1970.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo : questões de princípio & contexto brasileiro**. São Paulo, SP. : Cortez Editora : Editora Autores Associados, 1992.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GENTILLI, Victor Israel. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania**. 1. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

KOTSCHO, Ricardo. **Uma Vida de Reporter do Golpe ao Planalto**, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa**, 2ª. Ed., São Paulo: EDUSP, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **K** (romance, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. 2ª ed., trad. Eduardo Brandão, SP: Martins Fontes, 1993. pp.216-240.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira: 1968-1978**. 2ª. Ed. revista, São Paulo: Global, 1980.

vítimas da repressão e a paradoxal negativa das Forças Armadas em dar uma conclusão pública e oficial para este e outros acontecimentos da época, é o atual estágio da construção da história do período.

⁴ K é o registro do desaparecimento da filha de um velho comerciante judeu que busca saber o que havia acontecido com ela, professora universitária que juntamente com seu marido some sem deixar rastros. A ficção, construída com fatos e situações reais sobre a vida de Ana Rosa Kucinski, irmã do autor, descreve a partir de seu olhar autobiográfico, a presença da ditadura na vida cotidiana dos brasileiros. Comprova a expressão de sentimentos e ações de familiares, amigos e colegas nas relações com o velho, provando a presença e a permanência de um sistema repressivo que espalha medo, indiferença, dissimulação, oportunismos e alguns atos de solidariedade.



PEROSA, Lilian M. F. Lima. **Cidadania Proibida: O caso Herzog através da imprensa**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

SOUZA, Maurício Maia de. **Henfil e a censura: o papel dos jornalistas através da História Oral**. São Paulo, ECA/USP, 1999. 2 v. (dissertação de mestrado).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**, 3ª edição, Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1983.

STEPAN, Alfred C. **Os Militares na Política**. Trad. Ítalo Tronca, Rio de Janeiro, Artenova, 1975

Jornais/Internet

CUNHA, Luiz Cláudio. “Todos temos que lembrar”, Discurso proferido na cerimônia de diplomação de notório saber, agraciado com o título de doutor honoris causa pela UNB (Universidade de Brasília), em 9 de maio de 2011, pp. 1-18. Texto disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/todos-temos-que-lembrar>, último acesso em 02/03/2012.

FREITAS, Jânio. “História à brasileira”. Publicado originalmente na Folha de S.Paulo e na Folha Online, e reproduzido nos endereços eletrônicos citados abaixo.

Publicado em 8 de março de 2009, in:

<http://historiaemprojetos.blogspot.com/2009/03/janio-de-freitas-responde-marcos-villa.html>. Último Acesso em 28/06/2011.

LEITÃO, Miriam. “Uma história inacabada, o caso Rubens Paiva”

Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2012/03/02/uma-historia-inacabada-caso-rubens-paiva-434352.asp>

Ver: DINES, Alberto. In: <http://obstv.blogspot.com.br/>

VILLA, Marco Antonio. “Ditadura à brasileira”. Publicado originalmente na Folha de S.Paulo e na Folha Online e reproduzido no endereço eletrônico abaixo

Publicado em 5 de março em:

<http://daniomarcolin.blogspot.com/2009/03/ditadura-brasileira-por-marco-antonio.html> acesso em 27/06/2011..

_____. “Limites a Chávez”, [editorial] jornal *Folha de S. Paulo*, em 17 de fevereiro de 2009. reproduzido in: <http://www.nucleodenoticias.com.br/2009/02/27/leia-na-integra-o-polemico-editorial-da-folha-de-s-paulo/>, acesso em 27/06/2011.